

Energética São Patrício S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos acionistas e aos Administradores da
Energética São Patrício S.A.**
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Energética São Patrício S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Energética São Patrício S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e mensuração de receita – Gestão em Energia de Geração Distribuída

Veja as notas nº 3.j e nº 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as demonstrações financeiras consolidadas apresentam na rubrica de Receita Líquida o montante de R\$ 26.031 oriundas de prestação de serviços de gestão em energia no ambiente de Geração Distribuída, oriundas da controlada HB Esco Gestão de Energia Ltda. (“HB ESCO”).</p> <p>As receitas da Companhia de prestação de serviços de gestão em energia são reconhecidas no momento do consumo de energia pelo cliente, e sua mensuração considera um percentual da economia gerada aos clientes em decorrência de volumes de geração, compensação de créditos e tarifação da distribuidora e preço da energia comercializada.</p> <p>Para determinar o montante das receitas de serviços de gestão em energia auferidas pela controlada HB ESCO, a Companhia apura o percentual de economia gerada aos clientes conforme os contratos de Geração Distribuída. O percentual da economia gerada aos clientes é apurado contrato a contrato, por meio de relatórios externos de volumes de geração e preço da energia comercializada. Assim, as receitas da controlada são mensuradas considerando os percentuais de economia gerada à cada cliente. Assim, determinamos o reconhecimento e a mensuração das receitas oriundas de tais contratos como um assunto significativo em nossa auditoria, por ser uma área em que houve julgamentos significativos relativos, inclusive, às estimativas contábeis que apresentam alto grau de incerteza.</p>	<p>Como parte de nossos procedimentos, avaliamos o desenho e a implementação de controles internos chave relacionados ao processo de reconhecimento e mensuração da receita, bem como a adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia.</p> <p>Recalculamos os percentuais de economia gerada de energia individualmente para cada contrato de gestão de energia da HB ESCO com base nas informações utilizadas pela Companhia de relatórios externos de consumo de energia e controles gerenciais de acompanhamento da geração das usinas.</p> <p>A fim de avaliar a razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia efetuamos confrontos dos relatórios utilizados pela Companhia com os contratos de clientes e as informações externas utilizadas para o cálculo.</p> <p>Como parte de nossos procedimentos, inspecionamos faturas e documentação suporte para a totalidade das receitas auferidas pela controlada.</p> <p>Adicionalmente, realizamos procedimentos para determinar a integridade das receitas do exercício por meio do recálculo e inspeção documental para as receitas auferidas em janeiro de 2022 e 2021 e sua devida competência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p> <p>Identificamos ajustes imateriais no reconhecimento da receita no final do exercício de 31 de dezembro de 2021, os quais não foram registrados ou divulgados pela administração.</p>

Desta forma, com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o montante da receita e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

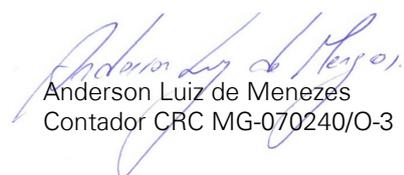
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 31 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP – 014428/O-6 F-MG



Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Energética São Patrício S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.070	924	12.353	6.684
Aplicações financeiras	5	-	-	-	-
Contas a receber	6	-	-	8.893	6.073
Mútuo a receber de partes relacionadas	7	-	-	472	472
Impostos a recuperar		4	4	777	490
Outros ativos		-	-	834	2.418
Total do ativo circulante		5.074	928	23.329	16.137
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	5	9.860	4.654	11.134	7.378
Mútuos a receber de partes relacionadas	7	303	2.696	21.137	22.145
Outros ativos		906	906	906	906
Depósitos judiciais		-	-	1.168	1.060
Realizável a longo prazo		11.069	8.256	34.345	31.489
Investimentos	8	263.643	266.102	34.344	31.990
Imobilizado	9	-	-	234.518	242.771
Intangível	8.b	-	-	2.560	2.810
Total do ativo não circulante		274.712	274.358	305.767	309.060
Total do ativo		279.786	275.286	329.096	325.197

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética São Patrício S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante					
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	10	29.757	21.257	33.493	28.671
Fornecedores		-	-	8.870	967
Obrigações tributárias		38	3	-	-
Contas a pagar		-	-	1.585	1.885
Adiantamento de clientes	11	-	-	2.706	3.441
Mútuos a pagar à partes relacionadas	7	546	1.890	548	1.163
Dividendos a pagar	13	16.200	30.702	16.200	30.702
Total do passivo circulante		46.541	53.852	63.402	66.829
Passivo não circulante					
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	10	33.500	63.000	37.077	70.127
Obrigações tributárias		-	-	1.503	1.503
Mútuos a pagar à partes relacionadas	7	-	-	7.394	8.165
Total do passivo não circulante		33.500	63.000	45.974	79.795
Patrimônio líquido					
Capital social	13.a	84.356	84.356	84.356	84.356
Reserva de lucros	13.b	115.389	74.078	115.389	74.078
		199.745	158.434	199.745	158.434
Participação de não controladores				19.975	20.139
		199.745	158.434	219.720	178.573
Total do passivo e do patrimônio líquido		279.786	275.286	329.096	325.197

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética São Patrício S.A.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida	14	-	-	106.063	88.707
Custos operacionais	15			(26.725)	(16.820)
Lucro Bruto		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>79.338</u>	<u>71.887</u>
Despesas administrativas e outras		(254)	(274)	(497)	(1.188)
Despesas comerciais		-	-	-	-
Despesas tributárias	16	(104)	(2)	(596)	(156)
Resultado de equivalência patrimonial	8.b	74.062	62.545	7.856	3.926
		<u>73.704</u>	<u>62.269</u>	<u>6.763</u>	<u>2.582</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>73.704</u>	<u>62.269</u>	<u>86.101</u>	<u>74.469</u>
Receita financeira		322	85	746	320
Despesa financeira		(5.728)	(5.787)	(6.502)	(8.380)
Resultado financeiro líquido	17	<u>(5.406)</u>	<u>(5.702)</u>	<u>(5.756)</u>	<u>(8.060)</u>
Resultado antes do IRPJ e da CSLL		<u>68.298</u>	<u>56.567</u>	<u>80.345</u>	<u>66.409</u>
Imposto de renda e contribuição social	18	<u>(89)</u>	<u>(29)</u>	<u>(6.924)</u>	<u>(5.807)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>68.209</u>	<u>56.538</u>	<u>73.421</u>	<u>60.602</u>
atribuído ao controlador		-	-	68.209	56.538
atribuído aos não controladores		-	-	5.212	4.064
Lucro líquido por ação – R\$		1,22	1,01	1,31	1,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética São Patrício S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido do exercício	68.209	56.538	73.421	60.602
Outros resultados abrangentes			-	-
Total dos resultados abrangentes	68.209	56.538	73.421	60.602
atribuído ao controlador	-	-	68.209	56.538
atribuído aos não controladores	-	-	5.212	4.064

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética São Patrício S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Reserva de Lucros			Total do patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total
		Capital social	Reserva de Legal	Retenção de Lucros			
Saldos em 1 de janeiro de 2020		84.356	5.731	51.927	142.014	17.509	159.523
Distribuição de lucros		-	-	(26.690)	(26.690)	(1.434)	(28.124)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	56.538	56.538	4.064	60.602
Constituição de reserva legal	13.b	-	2.827	(2.827)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(13.428)	(13.428)	-	(13.428)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		84.356	8.558	65.520	158.434	20.139	178.573
Distribuição de lucros		-	-	(10.698)	(10.698)	(5.376)	(16.074)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	68.209	68.209	5.212	73.421
Constituição de reserva legal	13.b	-	3.410	(3.410)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13.c	-	-	(16.200)	(16.200)	-	(16.200)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		84.356	11.968	103.421	199.745	19.975	219.720

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética São Patrício S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividade operacionais				
Lucro líquido do exercício	68.209	56.538	73.421	60.602
Ajuste para:				
Depreciações e amortização	9 211	211	8.238	8.448
Equivalência patrimonial	8 (74.062)	(62.545)	(7.856)	(3.926)
Juros sobre empréstimos	10 5.725	5.787	6.502	8.380
	83	(9)	80.305	73.504
Varição em ativos				
Contas a receber	-	-	(2.820)	1.380
Impostos a recuperar	-	-	(287)	98
Outros ativos	-	-	1.584	(1.959)
Depósito judicial	-	-	(108)	(134)
Varição em passivos				
Fornecedores	-	-	7.903	688
Obrigações tributárias e trabalhistas	35	(13)	-	(243)
Contas a pagar	-	-	(300)	336
Caixa gerado / utilizado atividade operacionais	118	(22)	86.277	73.670
Juros pagos	10 (5.725)	(5.715)	(6.476)	(8.197)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(53)	(25)	(6.347)	(5.807)
Caixa líquido gerado / utilizado atividades operacionais	(5.660)	(5.762)	73.454	59.666
Atividades de investimento				
Mútuos recebidos de partes relacionadas	2.393	152	1.008	51
Aplicações financeiras	(5.206)	(4.654)	(3.756)	772
Dividendos recebidos das investidas	76.311	43.819	5.206	6.900
Diminuição / (Acréscimo) de investimentos	9 52	(1.013)	-	-
Caixa líquido aplicado / proveniente nas atividades de investimento	73.550	38.304	2.458	7.723
Atividades de financiamento				
Mútuos pagos à partes relacionadas	(1.344)	544	(615)	16
Amortização de financiamentos e debêntures	10 (21.000)	(10.200)	(28.228)	(42.913)
Pagamentos de dividendos	(41.400)	(26.690)	(41.400)	(26.690)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(63.744)	(36.346)	(70.243)	(69.587)
Aumento / redução no caixa e equivalentes de caixa	4.146	(3.804)	5.669	(2.198)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	924	4.728	6.684	8.882
No final do exercício	5.070	924	12.353	6.684
Aumento / Redução no caixa e equivalentes de caixa	4.146	(3.804)	5.669	(2.198)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto de outra forma)

1 Contexto operacional

A Energética São Patrício S.A. (“Companhia”) foi constituída em 03 de novembro de 2003, com sede na Cidade de Belo Horizonte – MG, na Avenida Raja Gabaglia, nº 339, sala nº 24, Bairro Cidade Jardim, tendo como atividade preponderante a participação, como acionista ou quotista, em outras sociedades. Na data de encerramento das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas possuía participação nas seguintes empresas:

Descrição	Atividade	Participação	% Participação	
			2021	2020
Controladas:				
Riacho Preto Energética S/A	Produção de energia (PCH)	direta	84,59	84,59
Lagoa Grande Energética S/A	Produção de energia (PCH)	direta	84,59	84,59
Alto Brejaúba Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Antônio Dias Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Brejaúba Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Cachoeirinha Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
CG Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Espraiado Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Farias Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
HB ESCO Gestão em Energia Ltda	Prestação de Serviço de Gestão	direta	99,998	99,998
Limoeiro Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Pardo Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Pitangas Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Palmeiras Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
São Cristovão Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Simonésia Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Vermelho Velho Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100,00	100,00
Coligada:				
Vila Real Energia S/A	Produção de energia (CGH/PCH)	direta	32,50	32,50

- Riacho Preto Energética S.A:** A Companhia tem como atividades a geração e comercialização de energia elétrica, operando sob exploração do potencial hidrelétrico do Rio Palmeiras (Estado do Tocantins) através de regime de autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 38, complementada pela Resolução Autorizativa nº 175 datadas de fevereiro de 2004 e com vencimento original em fevereiro de 2034.

A usina teve sua construção finalizada em outubro de 2008 contando com uma potência instalada de 9,3 MW, com energia contratada assegurada de 42.085 MWh/ano qual encontra-se integralmente vendida através do programa PROINFA para a Eletrobrás em contrato firmado até 2028.

- Lagoa Grande Energética S.A:** A Companhia tem como atividades a geração e comercialização de energia elétrica, operando sob exploração do potencial hidrelétrico do rio

Palmeiras através de regime de autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 37, complementada pela Resolução Autorizativa nº 176 datadas de fevereiro de 2004 e com vencimento original em fevereiro de 2034.

A usina teve sua construção finalizada em outubro de 2008 contando com uma potência instalada de 25,6 MW, com energia contratada assegurada de 112.660 MWh/ano qual encontra-se integralmente vendida através do programa PROINFA para a Eletrobrás em contrato firmado até 2028.

Ao final do prazo da referida autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica de ambas Companhias passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

- **Alto Brejaúba Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de abril de 2012 através da implantação da CGH (Central Geradora Hidrelétrica) Alto Brejaúba, no rio Ribeirão Brejaúba na cidade de Gonzaga-MG. Tem potência instalada de 1 MW e LAS (Licença Ambiental Simplificada) válida até 03 de setembro de 2028;
- **Antônio Dias Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de novembro de 2012 através da implantação da CGH Antônio Dias no rio Ribeirão da Bomba na cidade de Antônio Dias-MG. Tem potência instalada de 1 MW e LAS (Licença Ambiental Simplificada) com validade até 09 de janeiro de 2029;
- **Brejaúba Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de julho de 2012 através da implantação da CGH Brejaúba no rio Ribeirão Brejaúba na cidade de Santa Efigênia de Minas. Tem potência instalada de 1 MW e LAS (Licença Ambiental Simplificada) válida até 11 de setembro de 2028;
- **Cachoeirinha Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de maio de 2013 através da implantação da CGH Cachoeirinha, no rio Cachoeirinha, na cidade de Bueno Brandão - MG. Tem potência instalada de 1,25 MW e licença de operação com validade até 12 de fevereiro de 2030;
- **CG Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de outubro de 2012 através da implantação da CGH Corrente Grande no rio Corrente Grande na cidade de Guanhães-MG. Tem potência instalada de 1 MW e LAS (Licença Ambiental Simplificada) válida até 23 de outubro de 2028;
- **Espraiado Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de janeiro de 2012 através da implantação da CGH Espraiado no rio Espraiado na cidade de Tocos do Moji-MG. Tem potência instalada de 1 MW e licença para operação válida até 30 de janeiro de 2028;
- **Farias Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de novembro de 2012 através da implantação da CGH Farias no rio Ribeirão Farias na cidade de Guanhães-MG. Tem potência instalada de 1 MW e LAS (Licença Ambiental Simplificada) com validade até 29 de outubro de 2028;
- **HB ESCO Gestão em Energia Ltda:** A Companhia tem atividades no segmento de prestação de serviços de gestão em energia, utilizando-se da denominada Geração Distribuída, estabelecida no inciso III do Art. 2º da Resolução Normativa nº 482/2012 da ANEEL;

- **Limoeiro Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de maio de 2013 através da implantação da CGH Limoeiro no rio Cachoeirinha na cidade de Bueno Brandão-MG. Tem potência instalada de 1,25 MW e licença de operação com validade até 22 de setembro de 2029;
- **Pardo Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de janeiro de 2014 através da implantação da CGH Pardo, no rio Pardo na cidade de Caldas-MG. Tem potência instalada de 1 MW e licença de operação com validade até 29 de outubro de 2029;
- **Pitangas Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de janeiro de 2012 através da implantação da CGH Pitangas no rio Ribeirão Pitangas, na cidade de Braúnas-MG. Tem potência instalada de 1 MW e LAS (Licença Ambiental Simplificada) válida até 29 de novembro de 2028;
- **Palmeiras Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de setembro de 2013 através da implantação da CGH Palmeiras, no rio José Pedro na cidade de Durandé-MG. Tem potência instalada de 3 MW e licença de operação com validade até 11 de setembro de 2030;
- **São Cristovão Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de julho de 2016 através da implantação da CGH Vista Verde, no ribeirão na cidade de Rio Preto-MG. Tem potência instalada de 1 MW e licença de operação com validade até 21 de agosto de 2027;
- **Simonésia Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de abril de 2014 através da implantação da CGH Simonésia no rio José Pedro na cidade de Simonésia-MG. Tem potência instalada de 3 MW e licença de operação com validade até 07 de abril de 2020, com pedido de renovação protocolado tempestivamente;
- **Vermelho Velho Energia S/A:** Teve operação iniciada em 19 de novembro de 2014 através da implantação da CGH Vermelho Velho no rio Vermelho na cidade de Raul Soares - MG. Tem potência instalada de 2,5 MW e licença de operação com validade até 24 de setembro de 2020, com pedido de renovação protocolado tempestivamente;
- **Vila Real Energia S.A. –** Constituída em 22 de abril de 2014 e encontra-se em operação através de sua subsidiária integral Maynard Energética LTDA, que possui 04 CGHs e 02 PCHs.

Gestão operacional e liquidez

As demonstrações contábeis da Energética São Patrício S.A e suas subsidiárias foram elaboradas no pressuposto de continuidade operacional. No entanto, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 41.467 e R\$ 40.073 (respectivamente controladora e consolidado, sendo R\$ 16.200 referentes a dividendos a pagar), ocasionado pelas operações de empréstimos que são necessárias para cada novo projeto realizado pela Companhia.

Na avaliação do pressuposto da continuidade operacional a Administração demonstrou histórico e projeções de geração de caixa operacional suficiente para honrar suas obrigações apresentadas no passivo circulante, além de lucros históricos e projeções, bem como obtenção de novos projetos nos últimos anos.

Conforme descrito acima, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para geração de fluxo de caixa para anos seguintes afim de continuar

operando no futuro previsível e, com base no seu julgamento, concluiu que não há incerteza material em relação a continuidade operacional.

A Companhia possui suporte financeiro de seus acionistas em caso de necessidades eventuais de caixa. Pelos motivos expostos a Administração não tem dúvida sobre a continuidade operacional da Companhia.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

a. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 31 de março de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda Funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em conformidade com os princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira e o CPC 36 (R3) e compreendem as informações da Companhia e de suas controladas mencionadas na Nota explicativa nº 1.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras assim como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 3.c e 9** - Depreciação e amortização - a Companhia utiliza-se da orientação do órgão regulador para vida útil estimada, porém revisa anualmente essas estimativas e avalia se refletem de fato a real vida útil dos seus ativos;
- **Nota explicativa 3.d** - Recuperabilidade dos ativos - teste de redução ao valor recuperável de ativos: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; e
- **Nota explicativa 12** - Provisões para demandas judiciais - mensuração da provisão: principais premissas utilizadas sobre a probabilidade de perda e magnitude das saídas de recursos.
- **Nota explicativa 14** – Receita Operacional líquida - mensuração da receita: a receita gerada na controlada HB Esco consiste em oferecer aos clientes a possibilidade de economia de energia, no momento do consumo no cliente final, utilizando-se da denominada Geração Distribuída, estabelecida na Resolução Normativa ANEEL nº 482/2012.

3 Políticas contábeis

Principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia gestão das obrigações de curto prazo.

b. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis, considerando a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização.

As contas a receber são também ajustadas de prováveis descontos compulsórios definidos pelo regulador, onde são considerados os critérios definidos por este regulador e a probabilidade de ocorrência do mesmo.

Pelo fato das contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo médio inferior a 45 dias, os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas dos balanços.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização, quando aplicável.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados limitados aos prazos de autorização da usinas.

(iv) Baixa

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

d. Provisões

(v) Reconhecimento e mensuração

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

e. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Instrumentos financeiros

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: - ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; - investimentos de dívida mensurados ao VJR;

O Grupo avalia os saldos em aberto do contas a receber tendo em vista a expectativa do recebimento futuro, com base no histórico recente de recebimento dos saldos parcelados, e efetua uma provisão para refletir a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa no exercício.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do

valor contábil bruto dos ativos

(ii) *Ativos não financeiros*

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estimam o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para realizá-lo e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo (impairment).

f. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32.

As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

g. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Passivos financeiros

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente (continuação)*

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de

caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

O Grupo não tem nenhum instrumento financeiro derivativo.

h. Método da taxa efetiva de juros

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

i. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não

circulantes.

j. *Receita de contratos com clientes*

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia gerada, preço e metodologia de cálculo especificadas nos termos contratuais firmados. O faturamento é feito em bases mensais.

Em relação à sua controlada HB Esco, para determinar o montante das receitas de serviços de gestão em energia auferidas, a Companhia apura o valor da economia gerada aos clientes nos contratos de Geração Distribuída. O valor da economia gerada aos clientes é apurado, contrato a contrato, por meio de relatórios externos de volumes de geração, compensação de créditos e tarifação da distribuidora e preço da energia comercializada. Assim, as receitas da controlada são mensuradas com base em um percentual da redução de custos (benefícios) transferidos ao cliente.

Os princípios fundamentais da CPC 47 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual valor espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços.

Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- Determinar o preço da transação.
- Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

Com a CPC 47, a entidade reconhece a receita quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é transferido ao cliente.

De acordo com a CPC 47, a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, deve-se considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor.

k. *Receitas e despesas financeiras*

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

1. Alterações nas práticas contábeis emitidas pelos órgãos reguladores e novas normas contábeis

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alteração ao CPC 32)
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26);
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

4 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de depósitos bancários em contas correntes e aplicações financeiras:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos bancários	5.070	924	5.689	1.494
Aplicações financeiras	-	-	6.664	5.190
Total	5.070	924	12.353	6.684

Compreendem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras em renda fixa de perfil conservador, pós fixadas, em CDBs de grandes bancos com remuneração vinculada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), ou fundos investidos majoritariamente em títulos do governo (“Tesouro SELIC”), sem perda substancial de valor em eventual resgate, liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito.

5 Aplicações financeiras

Referem-se a aplicações em fundos FIC e Certificado de Depósitos Bancários e possuem rentabilidade conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Banco Santander S/A (a)	9.860	4.654	9.860	4.654
Itaú Unibanco S/A (b)	-	-	1.274	2.724
Total	9.860	4.654	11.134	7.378
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	9.860	4.654	11.134	7.378

- (a) Aplicação financeira no fundo DI Títulos Públicos Premium, do banco Santander, pós fixado, caracterizado como de risco muito baixo, com rentabilidades mensais variáveis, próximas a 100% do CDI, sem perda substancial de valor em eventual resgate.

- (b) Aplicações financeiras em CDB do banco Itaú Unibanco S.A. vinculadas a garantia com os Contratos de Financiamento mencionados na Nota Explicativa nº 10, captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) por intermédio do Banco Itaú BBA. Tratam-se de aplicações pós fixadas variadas, vinculadas à variação mensal do CDI, que variaram entre 102,25% e 110,00% 2021 (101,25% e 107,5% em 2020) conforme definido na contratação de cada operação. sem perda substancial de valor em eventual resgate.

6 Contas a receber

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasil (a)	-	-	5.593	3.396
CCEE* – Liquidação financeira (b)	-	-	216	1.678
Clientes nacionais (c)	-	-	3.300	2.677
(-) Provisão para perda esperada de crédito (d)	-	-	(216)	(1.678)
Total	-	-	8.893	6.073

- (*) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
- (a) Refere-se a saldo a receber de energia vendida à Eletrobrás competente ao Contrato de Venda nº CT – PROINFA/ PCH - 002/2004 e PCH005/2004 firmado entre as partes. Pelo curto prazo do giro de recebimento (45 dias), a Administração entende que não há efeitos significativos do ajuste a valor presente domontante.
- (b) Refere-se a saldo a receber junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE em virtude de excedente de geração disponibilizada na rede pelas CGHs que operam no mercado livre. Em virtude do referido saldo apresentar inadimplência a mais de 180 dias, em função de a liquidação financeira estar bastante limitada devido a liminares concedidas no contexto de judicialização do setor, optou-se por registrar provisão para créditos de liquidação duvidosa de todo montante.
- (c) Contas a receber proveniente de arrendamento das CGHs.
- (d) A Companhia não possui saldos de contas a receber vencidos. Existe um saldo de longa data mantido no contas a receber que é integralmente provisionado e diz respeito ao item (b) mencionado anteriormente.

7 Saldos e transações com partes relacionadas

a. Partes relacionadas

Os saldos a receber e a pagar representam, principalmente, operações de empréstimos (mútuos) entre à receber e pagar entre empresas do Grupo e com a Controladora Hy Brazil. Outros montantes correspondem à operações comerciais de prestação de serviços.

Os saldos estão assim apresentados:

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos com partes relacionadas a receber (a)				
Hy Brazil Energia S/A	-	1.008	-	1.008
Alto Brejauba S/A	-	-	830	830
Antônio Dias Energia S/A	104	123	72	72
Brejauba Energia S/A	-	-	588	588
Cachoeirinha Energia S/A	-	-	2.583	2.583
CG Energia S/A	-	36	593	593
Espraiado Energia S/A	-	165	469	469
Farias Energia S/A	-	165	70	70
HB Esco Gestão em Energia S/A	-	-	8.248	8.248
Limoeiro Energia S/A	-	-	2.391	2.391

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Palmeiras Energia S/A	199	483	-	-
Pardo Energia S/A	-	-	2.672	2.672
Pitangas Energia S/A	-	81	690	690
São Cristovão Energia S/A	-	371	-	-
Simonésia Energia S/A	-	50	1.931	1.931
Vermelho Velho Energia S/A	-	214	472	473
Total	303	2.696	21.609	22.617
Circulante	-	-	472	472
Não Circulante	303	2.696	21.137	22.145

- (a) A totalidade dos saldos correspondem ao custeio operacionais das usinas orindos, principalmente, da fase de construção, sem cobrança de juros e sem vencimento definido.

Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos com partes relacionadas a pagar				
Consórcio Rio Palmeiras (a)	-	-	6.718	6.718
Toctao Engenharia Ltda (b)	-	-	196	709
GMS Engenharia Ltda (b)	-	-	481	738
Hy Brazil Energia S/A (a)	-	615	548	1.163
Vermelho Velho Energia S/A	11	-	-	-
HB Esco Gestão em Energia	535	1.275	-	-
Total	546	1.890	7.943	9.328
Circulante	546	1.890	548	1.163
Não Circulante	-	-	7.395	8.165

- (a) O saldo com as partes relacionadas Consórcio Rio Palmeiras – CRP e Hy Brazil, são originados pelo pagamento de despesas da Companhia pelas mutuantes. As partes definiram entre si a não atualização monetária dos saldos, além do fato de não ter sido definido formalmente prazo para liquidação do débito.
- (b) Os saldos com as partes relacionadas Toctao e GMS Engenharia Ltda. são originados pela prestação de serviços referente a construção da usina ocorridos em 2008 e reconhecidos, para ajuste e adequação do patrimônio, em contrapartida ao ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2013. As partes definiram entre si a não atualização monetária dos saldos, além do fato de não ter sido definido formalmente prazo para liquidação do débito.

b. Remuneração dos administradores

Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia não pagou remuneração direta aos seus administradores, cabendo aos mesmos apenas a parcela da distribuição de lucros recebida pelos acionistas pessoa jurídica nos quais os mesmos fazem parte.

8 Investimentos

a. Composição dos investimentos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ágio – Riacho Preto e Lagoa Grande (a)	2.560	2.771	-	-

Investimentos em controladas e coligadas	261.083	263.331	34.344	31.990
Total	<u>263.643</u>	<u>266.102</u>	<u>34.344</u>	<u>31.990</u>

- (a) Os respectivos ágios foram constituídos mediante aquisição por parte da controladora de participação de acionistas não controladores em virtude de expectativa de rentabilidade futura. Tendo em vista a vida útil definida desta rentabilidade, a qual compreende o período de concessão/autorização para operar na produção e comercialização de energia, os mesmos são amortizados linearmente dentre a data da entrada em operação das usinas (dezembro de 2008), até a data de término das concessões/autorização públicas (fevereiro de 2034). O valor anual da amortização é de R\$ 211. Para fins de demonstração consolidado, os respectivos ágios são classificados como intangível.

b. Detalhamento dos investimentos em controladas e coligadas na controladora

Em 31 de dezembro de 2021

Controladas	Participação	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Investimento	Equivalência Patrimonial
Riacho Preto Energética S.A.	84,59	33.959	6.616	28.724	5.596
Lagoa Grande Energética S.A.	84,59	95.618	27.187	80.878	22.996
Alto Brejaúba Energia S/A	100,00	6.506	1.368	6.506	1.399
Antônio Dias Energia S/A	100,00	6.678	1.270	6.678	1.334
Brejaúba Energia S/A	100,00	7.615	1.331	7.615	1.378
Cachoeirinha Energia S/A	100,00	6.050	443	6.050	443
CG Energia S/A	100,00	6.899	795	6.899	835
Espraiado Energia S/A	100,00	8.725	1.108	8.725	1.142
Farias Energia S/A	100,00	6.177	1.323	6.177	1.358
HB Esco Gestão em Energia Ltda	99,998	11.150	21.760	11.150	21.760
Limoeiro Energia S/A	100,00	6.167	565	6.167	565
Pardo Energia S/A	100,00	9.209	1.562	9.209	1.562
Pitangas Energia S/A	100,00	7.888	1.468	7.888	1.511
Palmeiras Energia S/A	100,00	10.573	1.960	10.573	1.961
São Cristovão Energia S/A	100,00	8.751	1.419	8.751	1.419
Simonésia Energia S/A	100,00	5.709	274	5.709	274
Vermelho Velho Energia S/A	100,00	9.039	969	9.039	969
Coligada					
Vila Real Energia S/A	32,50	105.675	22.839	34.344	7.856
Total		<u>352.388</u>	<u>94.257</u>	<u>261.082</u>	<u>74.062</u>

Em 31 de dezembro de 2020

Controladas	Participação	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Investimento	Equivalência Patrimonial
Riacho Preto Energética S.A.	84,59%	31.528	4.395	26.668	3.717
Lagoa Grande Energética S.A.	84,59%	99.117	21.964	83.838	18.579
Alto Brejaúba Energia S/A	100%	6.777	1.280	6.777	1.280
Antônio Dias Energia S/A	100%	6.894	1.381	6.894	1.381
Brejaúba Energia S/A	100%	7.866	1.224	7.866	1.224
Cachoeirinha Energia S/A	100%	7.837	3.556	7.837	3.556
CG Energia S/A	100%	7.064	710	7.064	710
Espraiado Energia S/A	100%	8.972	952	8.972	952
Farias Energia S/A	100%	6.150	929	6.150	929
HB Esco Gestão em Energia Ltda	99,998%	11.350	14.250	11.350	14.250
Limoeiro Energia S/A	100%	7.831	3.134	7.831	3.134
Pardo Energia S/A	100%	8.707	1.135	8.707	1.135
Pitangas Energia S/A	100%	8.146	1.154	8.147	1.154
Palmeiras Energia S/A	100%	9.213	721	9.213	721
São Cristovão Energia S/A	100%	7.331	604	7.331	604
Simonésia Energia S/A	100%	8.625	4.445	8.625	4.445
Vermelho Velho Energia S/A	100%	8.071	848	8.071	848

Coligada

Vila Real Energia S/A	32,50%	98.432	11.849	31.990	3.926
Total		349.911	74.531	263.331	62.545

c. Informação das investidas

Em 31 de dezembro de 2021

Descrição	Ativo Circulante	Ativo Não circulante	Passivo Circulante	Passivo Não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos e despesas	Resultado exercício	Equival. patrimonial
Riacho Preto Energética S.A.	1.637	36.073	367	3.384	33.959	9.112	- 2.253	6.616	5.596
Lagoa Grande Energética S.A.	7.892	95.840	2.600	5.513	95.618	36.040	- 7.477	27.187	22.996
Alto Brejaúba Energia S/A	184	6.370	48	-	6.506	1.734	- 214	1.368	1.368
Antônio Dias Energia S/A	405	6.544	270	-	6.678	1.756	- 311	1.270	1.270
Brejaúba Energia S/A	187	7.477	49	-	7.615	1.734	- 249	1.331	1.331
Cachoeirinha Energia S/A	380	8.211	2.541	-	6.050	4.178	- 3.586	443	443
CG Energia S/A	272	6.665	38	-	6.899	1.387	- 473	795	795
Espraiado Energia S/A	362	8.412	50	-	8.725	1.734	- 475	1.108	1.108
Farias Energia S/A	451	5.773	46	-	6.177	1.756	- 273	1.323	1.323
HB Esco Gestão em Energia Ltda	2.906	8.783	539	-	11.150	24.692	- 11	21.760	21.760
Limoeiro Energia S/A	328	8.238	2.399	-	6.167	4.170	- 3.479	564	564
Pardo Energia S/A	313	9.661	634	131	9.209	2.123	- 271	1.562	1.562
Pitangas Energia S/A	353	7.883	349	-	7.888	2.123	- 462	1.468	1.468
Palmeiras Energia S/A	682	10.406	515	-	10.573	2.891	- 586	1.960	1.960
São Cristovão Energia S/A	648	11.670	1.757	1.811	8.751	2.331	- 452	1.419	1.419
Simonésia Energia S/A	309	10.460	4.483	576	5.709	6.566	- 5.743	274	274
Vermelho Velho Energia S/A	947	10.176	1.026	1.058	9.039	1.734	- 411	969	969
Vila Real Energia S/A	1.340	104.447	112	-	105.675	-	-	22.839	8.565

Em 31 de dezembro de 2020

Descrição	Ativo Circulante	Ativo Não circulante	Passivo Circulante	Passivo Não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos e despesas	Resultado exercício	Equival. patrimonial
Riacho Preto Energética S.A.	1.637	36.073	367	3.384	33.959	9.112	- 2.253	6.616	5.596

Energética São Patrício S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2021

Lagoa Grande Energética S.A.	7.892	95.840	2.600	5.513	95.618	36.040	-	7.477	27.187	22.996
Alto Brejaúba Energia S/A	184	6.370	48	-	6.506	1.734	-	214	1.368	1.368
Antônio Dias Energia S/A	405	6.544	270	-	6.678	1.756	-	311	1.270	1.270
Brejaúba Energia S/A	187	7.477	49	-	7.615	1.734	-	249	1.331	1.331
Cachoeirinha Energia S/A	380	8.211	2.541	-	6.050	4.178	-	3.586	443	443
CG Energia S/A	272	6.665	38	-	6.899	1.387	-	473	795	795
Espraido Energia S/A	362	8.412	50	-	8.725	1.734	-	475	1.108	1.108
Farias Energia S/A	451	5.773	46	-	6.177	1.756	-	273	1.323	1.323
HB Esco Gestão em Energia Ltda	2.906	8.783	539	-	11.150	24.692	-	11	21.760	21.760
Limoeiro Energia S/A	328	8.238	2.399	-	6.167	4.170	-	3.479	564	564
Pardo Energia S/A	313	9.661	634	131	9.209	2.123	-	271	1.562	1.562
Pitangas Energia S/A	353	7.883	349	-	7.888	2.123	-	462	1.468	1.468
Palmeiras Energia S/A	682	10.406	515	-	10.573	2.891	-	586	1.960	1.960
São Cristovão Energia S/A	648	11.670	1.757	1.811	8.751	2.331	-	452	1.419	1.419
Simonésia Energia S/A	309	10.460	4.483	576	5.709	6.566	-	5.743	274	274
Vermelho Velho Energia S/A	947	10.176	1.026	1.058	9.039	1.734	-	411	969	969
Vila Real Energia S/A	1.276	97.689	112	-	98.853	-	-	-	15.700	5.888

d. Movimentação dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2021

	Saldo inicial	Dividendos	Amortizações	Equivalência patrimonial	Investimento
Controladas					
Riacho Grande Energética	26.668	(3.540)	-	5.596	28.724
Lagoa Grande Energética	83.838	(25.955)	-	22.996	80.878
Alto Brejaúba Energia S/A	6.777	(1.670)	-	1.399	6.506
Antônio Dias Energia S/A	6.894	(1.550)	-	1.334	6.678
Brejaúba Energia S/A	7.866	(1.630)	-	1.378	7.615
Cachoeirinha Energia S/A	7.837	(2.230)	-	443	6.050
CG Energia S/A	7.064	(1.000)	-	835	6.899
Espraido Energia S/A	8.972	(1.390)	-	1.142	8.725

Energética São Patrício S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2021

Farias Energia S/A	6.150	(1.330)	-	1.358	6.177
HB Esco Gestão em Energia Ltda	11.350	(21.960)	-	21.760	11.150
Limoeiro Energia S/A	7.831	(2.230)	-	565	6.168
Pardo Energia S/A	8.707	(600)	-	1.562	9.209
Pitangas Energia S/A	8.147	(1.060)	-	1.512	7.888
Palmeiras Energia S/A	9.213	(1.770)	-	1.961	10.573
São Cristovão Energia S/A	7.331	-	-	1.419	8.751
Simonésia Energia S/A	8.625	(3.190)	-	274	5.709
Vermelho Velho Energia	8.071	-	-	969	9.039
Coligada					
Vila Real Energia S/A	31.990	(5.206)	-	7.560	34.344
Ágio de Aquisição					
Ágio – Riacho Preto e Lagoa Grande	2.771	-	(211)	-	2.560
Total	266.102	(76.311)	(211)	74.063	263.643

Na demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos das controladas estão classificados nas atividades de investimento.

Em 31 de dezembro de 2020

	Saldo inicial	Dividendos	Amortizações	Integralização capital	Equivalência patrimonial	Investimento
Controladas						
Riacho Grande Energética	22.866	-423	-	508	3.717	26.668
Lagoa Grande Energética	72.703	-7.443	-	-	18.578	83.838
Alto Brejaúba Energia S/A	6.377	-880	-	-	1.280	6.777
Antônio Dias Energia S/A	6.243	-730	-	-	1.381	6.894
Brejaúba Energia S/A	7.373	-730	-	-	1.223	7.866
Cachoeirinha Energia S/A	7.771	-3.490	-	-	3.556	7.837
CG Energia S/A	6.605	-250	-	-	709	7.064
Espraido Energia S/A	8.541	-520	-	-	951	8.972
Farias Energia S/A	5.220	-	-	-	930	6.150
HB Esco Gestão em Energia Ltda	10.959	-13.860	-	-	14.251	11.350
Limoeiro Energia S/A	7.327	-2.630	-	-	3.134	7.831
Pardo Energia S/A	8.302	-730	-	414	721	8.707
Pitangas Energia S/A	7.601	-680	-	91	1.135	8.147
Palmeiras Energia S/A	8.491	-503	-	-	1.224	9.213
São Cristovão Energia S/A	6.724	-	-	-	607	7.331
Simonésia Energia S/A	8.231	-4.050	-	-	4.446	8.625
Vermelho Velho Energia	7.222	-	-	-	848	8.071

Coligada						
Vila Real Energia S/A	34.964	-6.900	-	-	3.926	31.990
Ágio de Aquisição						
Ágio – Riacho Preto e Lagoa Grande	2.982	-	(211)	-	-	2.711
Total	247.009	43.819	(211)	1.013	62.620	266.102

9 Imobilizado

Refere-se ao ativo construído das usinas e redes de transmissão, reconhecidos pelo custo de construção e aquisição e depreciados em conformidade com a vida útil definida pela Resolução n° 674/2015 da ANEEL que correspondem a vida útil econômica dos bens de acordo com o CPC.

A Lei 14.052/2020 trouxe a possibilidade de repactuação do risco hidrológico, mediante a prorrogação do prazo de concessão/autorização de usinas participantes do MRE. A Companhia detém, através de suas controladas, catorze CGHs e duas PCHs. As CGHs são propriedade, não são objeto de concessão ou autorização, portanto não se enquadram nos requisitos da referida Lei. Já as PCHs Lagoa Grande e Riacho Preto não são participantes do MRE, assim, também não são elegíveis à repactuação. A coligada Vila Real Energia S.A. detém o controle de duas PCHs, Fumaça e Furquim, e solicitaram adesão à repactuação. A coligada entende que deve refletir os impactos desta repactuação após a homologação, prevista para este ano de 2022.

As ações das SPEs controladas pela Companhia de titularidade desta, assim como as quotas da HB ESCO Gestão em Energia S.A. foram alienadas fiduciariamente como garantia no âmbito da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Companhia.

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados a seguir:

Descrição	% a.a. - Taxa de Depreciação	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imobilizado em serviço					
Terrenos		-	-	3.594	3.594
Reservatório, barragem e adutoras	2 e 3,33%	-	-	90.539	93.073
Edificações, obras civis e benfeitorias	4%	-	-	51.215	52.556
Máquinas e equipamentos	2,5% a 5,9%	-	-	75.225	78.980
Móveis e utensílios	10%	-	-	17	18
Imobilizado em curso					
Estoque		-	-	34	34
Terreno		-	-	-	-
Adiantamento a Fornecedores		-	-	58	23
Intangível		-	-	-	-
Sistema de Transmissão					
Estoques		-	-	-	-
Intangíveis		-	-	39	39
Edificações, obras civis e benfeitorias	4%	-	-	100	107
Máquinas e equipamentos	2,5% a 5,9%	-	-	13.697	14.347
Total		-	-	234.518	242.771

Movimentação do ativo imobilizado em 2021 e 2020:

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Adições (-) baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Imobilizado em serviço				
Terrenos	3.594	-	-	3.594
Reservatório, barragem e adutoras	93.073	-	(2.534)	90.539
Edificações, obras civis e benfeitorias	52.556	-	(1.341)	51.215
Máquinas e equipamentos	78.980	-	(3.755)	75.225
Móveis e utensílios	18	-	(1)	17
Imobilizado em curso				
Estoque	34	-	-	34
Terreno	-	-	-	-
Adiantamento a Fornecedores	23	35	-	58
Sistemas de transmissão				
Estoques	-	-	-	-
Intangíveis	39	-	-	39
edificações, obras civis e benfeitorias	107	-	(7)	100
Máquinas e equipamentos	14.347	-	(650)	13.697
Total	242.771	35	(8.288)	234.518
<hr/>				
Descrição	Saldo em 31/12/2019	Adições (-) baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2020
Imobilizado em serviço				
Terrenos	3.594	-	-	3.594
Reservatório, barragem e adutoras	95.590	-	(2.517)	93.073
Edificações, obras civis e benfeitorias	53.879	-	(1.323)	52.556
Máquinas e equipamentos	82.735	(18)	(3.737)	78.980
Móveis e utensílios	22	-	(4)	18
Imobilizado em curso				
Estoque	34	-	-	34
Terreno	-	-	-	-
Adiantamento a Fornecedores	7	16	-	23
Sistemas de transmissão				
Estoques	-	-	-	-
Intangíveis	39	-	-	39
Edificações, obras civis e benfeitorias	114	-	(7)	107
Máquinas e equipamentos	14.997	-	(650)	14.347
Total	251.011	(2)	(8.238)	242.771

10 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Repasso BNDES (Itaú BBA) (a)	-	-	7.313	14.541
Debêntures (b)	63.257	84.257	63.257	84.257
Total	63.257	84.257	70.570	98.798
Circulante	29.757	21.257	33.493	28.671
Não circulante	33.500	-	37.077	70.127

63.000

- (a) Financiamentos captados pelas controladas junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por intermédio do Banco Itau BBA, utilizado para a construção das usinas. A estrutura das usinas são as garantias das operações. A taxa de juros anual varia de 5,50% a 4,40% + TJLP e os vencimentos finais previstos para os anos de 2022 a 2025.
- (b) Referente à 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Companhia. A escritura de emissão de debêntures da Companhia prevê algumas cláusulas restritivas (*covenants*) de caráter financeiro e não-financeiro, cujo descumprimento pode acarretar vencimento antecipado.

Vencimento de longo prazo

	Controladora	Consolidado
2023	33.500	36.048
2024	-	1.015
2025	-	13
Total	<u>33.500</u>	<u>37.076</u>

Movimentação:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	84.257	94.457	98.798	141.711
Captações	-	-	-	-
Amortizações	(26.725)	(15.915)	(34.704)	(51.110)
Juros	5.725	5.715	6.476	8.197
Saldo final	<u>63.257</u>	<u>84.257</u>	<u>70.570</u>	<u>98.798</u>

11 Adiantamento de clientes

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento de cliente – Eletrobrás (a)	-	-	2.286	3.021
Outros	-	-	420	420
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.706</u>	<u>3.441</u>

- (a) Refere-se ao saldo credor entre o valor recebido a título de faturamento realizado no ano do contrato firmado junto a Eletrobrás e a energia disponibilizada na rede pelas controladas.

12 Provisão para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e suas controladas não possuíam processo com probabilidade de risco de perda avaliada pelos consultores jurídicos como provável ou possível.

a. Recuperação ambiental

A atividade da Companhia, através de suas controladas, é realizada com a utilização de recursos hídricos e modificação de leito de rios e áreas ciliares. Para essas situações, sempre que existentes obrigações futuras decorrentes de eventos já ocorridos. Atualmente a Companhia e suas investidas entende que não são parte, nem possuem nenhum processo ou obrigação futura relacionada à recuperação ou danos ambientais.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social autorizado, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era de R\$ 84.356 e representado por 56.132.301 ações ordinárias nominativas com direito a voto e sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionista	Ações	R\$
Hy Brazil Energia S.A	56.132.301	84.356
Total	56.132.301	84.356

b. Reserva legal

Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício observando os limites estabelecidos em lei 6.404/76 e suas alterações. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o cálculo para apuração da reserva legal é demonstrado da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	68.209	56.538
Percentual definido pela legislação	5%	5%
Total	3.410	2.827

c. Destinação de lucros

O estatuto assegura aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório, calculado com base em 25% do lucro ajustado nos termos do Art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	68.209	56.538
Percentual – Reserva Legal	5%	5%
Total	3.410	2.827
Base para dividendos mínimos obrigatórios	64.799	53.711
Dividendo mínimo provisionado – 25%	16.200	13.428
Reserva de retenção de lucros	48.600	40.283

Os dividendos mínimos constituídos em 2021 foram de R\$ 16.200.

14 Receita líquida

Receita gerada da venda de energia elétrica:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita de operação com energia elétrica – ACR (a)	-	-	46.707	39.893
Receita de operação com energia elétrica – ACL (b)	-	-	15.695	16.557
Receita de serviços (gestão – HB ESCO) (c)	-	-	26.031	17.823
Receita com arrendamento de CGHs (d)	-	-	22.112	20.211
(-) Impostos incidentes (PIS/COFINS)	-	-	(3.877)	(3.388)

(-) Impostos incidentes (ISSQN)	-	-	(389)	(711)
(-) Provisão risco na realização de venda energia – mercado livre	-	-	(216)	(1.678)
Total	-	-	106.063	88.707

- (a) Receita proveniente da venda de energia contratada para a Eletrobrás. A receita é reconhecida pelo valor fixo definido no contrato reajustado anualmente no mês de maio, calculado com base na energia em MW/h contratada e ajustado no ano posterior ao montante fornecido.
- (b) Receita gerada, exclusivamente pelas controladas proveniente da venda de energia elétrica vendida através de contratos com comercializadoras.
- (c) Receita proveniente da gestão dos contratos de prestação de serviços de gestão em energia no ambiente de Geração Distribuída, considerando os percentuais de economia gerada a cada cliente;
- (d) Receita de arrendamento de CGHs.

15 Custos operacionais

A composição dos custos operacionais da companhia é conforme segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Material	-	-	(1.086)	(1.665)
Serviços de Terceiros	-	-	(3.219)	(3.255)
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(1.781)	(1.621)
Aluguéis	-	-	(67)	(30)
Depreciação	-	-	(8.238)	(8.317)
Seguros	-	-	(170)	(128)
Combustível	-	-	(451)	(213)
Energia	-	-	(11.482)	(1.157)
Taxas	-	-	-	(39)
Outros	-	-	(231)	(395)
Total	-	-	(26.725)	(16.820)

16 Despesas tributárias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Parcelamento ICMS – diferencial de alíquota (a)	-	-	(109)	(52)
Taxas	(104)	(2)	(487)	(104)
Total	(104)	(2)	(596)	(156)

- (a) Este valor refere-se a processos judiciais de ICMS das controladas, os quais foram parcelados em março de 2018 com previsão do término em fevereiro de 2028.

17 Resultado financeiro líquido

Receita Financeira	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Rendimento de aplicação financeira	322	86	746	320

Total Receita	322	86	746	320
Despesas bancárias	(3)	(73)	(26)	(161)
Juros de empréstimos	(5.725)	(5.715)	(6.476)	(8.219)
Total Despesa	(5.728)	(5.788)	(6.502)	(8.380)
Resultado Financeiro	(5.406)	(5.702)	(5.756)	(8.060)

18 Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro presumido às presunções de 8%, 12% e 32% aplicando-se as alíquotas de 15% e 9%, respectivamente. A seguir, reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	2021	2020
Venda de Energia Elétrica	60.594	50.436
Arrendamentos	22.112	21.884
Prestação de Serviços ESCO	26.031	19.065
Receita Tributada	108.737	91.385
Base presumida IRPJ - 8%	4.847	4.035
Base Presumida IRPJ - 32%	15.406	13.104
Outras receitas	718	317
Base de cálculo	20.971	17.456
IRPJ (15%)	3.146	2.618
Adicional de IRPJ (10%)	1.673	1.329
Despesa com IRPJ	4.819	3.947
Base presumida CSLL - 12%	7.271	6.052
Base presumida CSLL - 32%	15.406	13.104
Outras receitas	718	317
Base de cálculo	23.395	19.473
CSLL (9%)	2.105	1.753
Total IRPJ/CSLL	6.924	5.700
IRPJ/CSLL Diferido	-	107
Total despesa IRPJ/CSLL	6.924	5.807
Lucro antes dos impostos	80.345	66.409
(x)alíquota combinada	34%	34%
(=) IRPJ e CSLL	27.317	22.579
Despesa de imposto de renda e contribuição social	6.924	5.807
% alíquota efetiva	8,61%	8,74%

19 Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a. Considerações gerais e políticas

A Companhia e suas controladas contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

São contratados aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures, vendas de energia, bem como instrumentos financeiros derivativos. Em 2021 e 2020 a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de

estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

(i) Aplicações financeiras

A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados sendo possível o acompanhamento das rentabilidades e as flutuações dos indexadores utilizados como base de remuneração.

(ii) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10.

(iii) Venda de energia

São contratados com a Eletrobrás, quando no ACR – Ambiente de Contratação Regulado, e consumidores finais ou comercializadoras, quando no ACL – Ambiente de Contratação Livre, e registrados com base no preço contratado da energia, que é reajustável anualmente com base no IGPM no caso do ACR, e pelo IPCA no caso do ACL.

b. Classificação de instrumentos financeiros

	Notas	Controladora				Consolidado				Classificação
		31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020		
		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo	
Ativo circulante										
Contas a receber	6	-	-	-	-	8.893	8.893	6.073	6.073	Custo amortizado
Mútuo a receber de partes relacionadas	7	-	-	-	-	472	472	472	472	Custo amortizado
Total do ativo circulante		5.070	5.070	924	924	21.718	21.718	13.229	13.229	
Ativo não circulante										
Aplicações financeiras	5	9.860	9.860	4.654	4.654	11.134	11.134	7.378	7.378	Custo amortizado
Mútuos a receber de partes relacionadas	7	303	303	2.696	2.696	21.137	21.137	22.145	22.145	Custo amortizado
Outros ativos		906	906	906	906	906	906	906	906	Custo amortizado
Total do ativo não circulante		11.069	11.069	8.256	8.256	33.177	33.177	30.429	30.429	
Passivo circulante										
Empréstimos, financiamentos e Debêntures		29.757	29.757	21.257	21.257	33.493	33.493	28.671	28.671	Custo amortizado
Fornecedores		-	-	-	-	8.870	8.870	967	967	Custo amortizado
Contas a pagar		-	-	-	-	1.585	1.585	1.885	1.885	Custo amortizado
Mútuos a pagar à partes relacionadas		546	546	1.890	1.890	548	548	1.163	1.163	Custo amortizado
Total do passivo circulante		30.303	30.303	23.147	23.147	44.496	44.496	32.686	32.686	
Passivo não circulante										
Empréstimos, financiamentos e Debêntures		33.500	33.500	63.000	63.000	37.077	37.077	70.127	70.127	Custo amortizado
Mútuos a pagar à partes relacionadas		-	-	-	-	7.394	7.394	8.165	8.165	Custo amortizado
Total do passivo não circulante		33.500	33.500	63.000	63.000	44.471	44.471	78.292	78.292	
		Controladora				Consolidado				

	Notas	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2020		31/12/2019		
		Valor contábil	Valor Justo							
Ativo circulante										
Aplicações financeiras	5	-	-	-	-	-	-	1.000	1.000	Custo amortizado
Contas a receber	6	-	-	-	-	6.073	6.073	4.753	4.753	Custo amortizado
Mútuos a receber de partes relacionadas	7	-	-	1.840	1.840	472	472	-	-	Custo amortizado
Total do ativo circulante		924	924	6.568	6.568	13.229	13.229	14.635	14.635	
Ativo não circulante										
Aplicações financeiras	5	4.654	4.654	-	-	7.378	7.378	7.150	7.150	Custo amortizado
Mútuos a receber de partes relacionadas	7	2.696	2.696	1.008	1.008	22.145	22.145	22.668	22.668	Custo amortizado
Outros ativos		906	906	906	906	906	906	906	906	Custo amortizado
Total do Ativo não circulante		8.256	8.256	1.914	1.914	30.429	30.429	30.724	30.724	
Passivo circulante										
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	10	21.257	29.757	21.257	21.257	28.671	28.671	28.671	28.671	Custo amortizado
Fornecedores		-	-	-	-	967	967	967	967	Custo amortizado
Contas a pagar		-	-	-	-	1.885	1.885	1.885	1.885	Custo amortizado
Mútuos a pagar à partes relacionadas	7	1.889	1.889	1.733	1.733	1.163	1.163	1.163	1.163	Custo amortizado
Total do passivo circulante		23.146	31.646	22.990	22.990	32.686	32.686	32.686	32.686	
Passivo não circulante										
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	10	63.000	63.000	84.000	84.000	70.127	70.127	98.658	98.658	Custo amortizado
Mútuos a pagar à partes relacionadas	7	-	-	-	-	8.165	8.165	8.933	8.933	Custo amortizado
Total do passivo não circulante		63.000	63.000	84.000	84.000	78.292	78.292	107.591	107.591	

c. Gestão de risco financeiro

(i) Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela diretoria da Companhia, sendo obrigatoriamente aprovadas por todos os diretores. A diretoria, quando necessário, identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros.

(ii) Risco de mercado

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações no preço da energia e mudanças nas taxas de juros.

(iii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidos pelo CDI pós-fixado e os empréstimos e financiamentos pela TJLP, conforme contratos firmados com as instituições financeiras e não apresentam risco de perda relevante para fins de sensibilidade na avaliação da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativos (Passivos)				
Aplicações Financeiras (100% da variação do CDI)	9.860	4.654	11.134	7.378
Empréstimos BNDES (100% da TJLP)	-	-	(7.313)	(14.541)
Exposição líquida à taxas de juros	9.860	4.654	3.821	(7.163)

Com a finalidade atender aos critérios de divulgação requerido no CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, a Companhia elaborou a análise de sensibilidade dos indexadores ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2021, estimando 3 cenários distintos. Definimos o cenário base a cotação do CDI e da TJLP na data base das demonstrações financeiras (Cenário I). A partir do Cenário I, simulamos variação de 10% para o Cenário II (Possível) e 20% para o Cenário III (Remoto).

Controladora

	Cenário I (31/12/21)	Cenário II (+10%)	Cenário III (+20%)
Indexadores			
(CDI em 31/12/2021 = 4,42%)			
(TJLP em 31/12/2021 = 5,32%)			
Exposição total	9.860	10.846	11.832
Aumento do CDI	4,42%	4,86%	5,30%
Aumento do TJLP	5,32%	5,85%	6,38%
Ganho/ (Perda) no resultado	-	581	691

Consolidado

	Cenário I (31/12/21)	Cenário II (+10%)	Cenário III (+20%)
Indexadores			
(CDI em 31/12/2021 = 4,42%)			
(TJLP em 31/12/2021 = 5,32%)			
Exposição total	3.821	4.203	4.585
Aumento do CDI	4,42%	4,86%	5,30%
Aumento do TJLP	5,32%	5,85%	6,38%
Ganho/ (Perda) no resultado	-	225	268

(iv) Risco do preço da energia

Do ponto de vista da receita, os valores dos contratos sofrem variação em função do IGP-M (como no caso do PROINFA, em que estão as PCHs Lagoa Grande e Riacho Preto), IPCA (no caso das CGHs no ACL – Ambiente de Contratação Livre) ou da variação da tarifa da distribuidora (no caso das usinas em Geração Distribuída – GD). Do ponto de vista de custos, embora tenha uma exposição relativamente pequena ao ACL onde está exposta ao mercado de curto prazo, a Companhia tem política de não vender toda sua energia, de forma a manter um ‘hedge’ natural contra variações em função do GSF – Generation Scaling Factor.

(v) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a diretoria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. Os pagamentos futuros estão substancialmente associados ao fluxo de pagamento das debêntures na nota explicativa nº 10.

d. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

e. Risco ambiental

Para geração e fornecimento de energia, as Controladas apresentam estudos ambientais anualmente junto à NATURATINS (Instituto Natureza do Tocantins – autarquia de monitoramento e controle ambiental) e SUPRAMs (Superintendências Regionais de Meio Ambiente), onde são requeridos o cumprimento do PBAs. (que podem envolver acompanhamento de qualidade da água, sedimento e fauna). Todas as licenças de operação estão vigentes e/ou tiveram seu pedido de renovação protocolado tempestivamente.

20 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

21 Efeitos da Pandemia do COVID-19

A Companhia não fora significativamente afetada, positiva ou negativamente, em decorrência dos efeitos da pandemia do COVID-19. Suas controladas possuem contratos de longo prazo com contrapartes de alto ‘rating’, e todos foram cumpridos rigorosamente, sem qualquer tipo de questionamento judicial ou extra-judicial. De forma mais abrangente, como se observou, o faturamento consolidado e resultado cresceram tanto em 2020 em relação a 2019, quanto em 2021 em relação à 2020.

Portanto, no que se referem às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou os efeitos do COVID-19 e seus impactos no: (i) uso do pressuposto de continuidade operacional; (ii) gestão de liquidez; e (iii) exposição da Companhia ao risco de crédito e os impactos no setor de atuação e concluiu não existirem impactos a serem reconhecidos nestas demonstrações financeiras em decorrência deste assunto.

22 Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes relevantes.